

O Enfrentamento da Violência de Gênero pelo Olhar de Mulheres sob Cuidados da Terapia Ocupacional

El Afrontamiento de la Violencia de Género a Través de la Mirada de Las Mujeres Bajo el Cuidado de Terapia Ocupacional

Coping with Gender Violence Through the Eyes of Women Under Occupational Therapy Care

Pamela Renata Gomes da Silva

Ingrid Bergma da Silva Oliveira

Resumo: A violência contra a mulher é qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, sendo um problema social construído ao longo dos séculos, estruturado no modelo social patriarcal e tradicional, onde o machismo se destaca. Este estudo foi realizado em 5 encontros com um grupo de 10 mulheres, acompanhadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Ilka Brandão, na cidade de Belém-PA. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo cartográfica. Os achados da pesquisa nos permitem confirmar acerca da abrangência que os impactos da violência de gênero assumem sobre as histórias de vida das mulheres e suas expressividades. A Terapia Ocupacional, diante deste fenômeno, busca ofertar suporte pela escuta, acolhimento e facilitação da expressão.

Palavras Chave: Mulher. Terapia Ocupacional. Violência.

Resumen: La violencia contra la mujer es todo acto de violencia de género que resulte o pueda resultar en daño o sufrimiento físico, sexual o psíquico para la mujer, siendo un problema social construido a lo largo de los siglos, estructurado en el modelo social patriarcal y tradicional, donde se destaca el machismo. Este estudio fue realizado en 5 encuentros con un grupo de 10 mujeres, acompañadas por el Centro de Referencia Especializado en Asistencia Social (CREAS) Ilka Brandão, en la ciudad de Belém-PA. Es una investigación cualitativa, de tipo cartográfica. Los hallazgos de la investigación permiten constatar el alcance que asumen los impactos de la violencia de género en las historias de vida de las mujeres y su expresividad. La Terapia Ocupacional ante este fenómeno busca ofrecer apoyo escuchando, acogiendo y facilitando la expresión.

Palabras Claves: Mujer. Terapia ocupacional. Violencia.

Abstract: Violence against women is any act of gender violence that results or may result in physical, sexual or mental damage or suffering for women, being a social problem built over centuries, structured in the patriarchal and traditional social model, where the machismo stands out. This study was carried out in 5 meetings with a group of 10 women, accompanied by the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) Ilka Brandão, in the city of Belém-PA. It is a qualitative research, of the cartographic type. The research findings allow us to confirm the scope that the impacts of gender violence assume on the life stories of women and their expressiveness. Occupational Therapy in the face of this phenomenon seeks to offer support by listening, welcoming and facilitating expression.

Keywords: Woman. Occupational therapy. Violence.

Pamela Renata Gomes da Silva – Terapeuta Ocupacional formada pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: pamelarenatags4@gmail.com

Ingrid Bergma da Silva Oliveira – Docente do curso de Terapia Ocupacional da Universidade do Estado do Pará, Doutora em Psicologia Clínica (PUC) e Mestre em Psicologia Clínica e Social (UFPA). E-mail: ingrid.oliveira@uepa.br

INTRODUÇÃO

Este artigo trata de uma realidade que vem sendo pouco pesquisada pelos profissionais de saúde e pouco debatida na formação acadêmica, mesmo diante da urgência desta discussão no campo da saúde pública.

A violência de gênero, que cresce exponencialmente no Brasil nas últimas décadas, acomete alguém em situação de vulnerabilidade devido sua identidade de gênero ou orientação sexual, sendo exercida por um sexo sobre o sexo oposto, em geral, o masculino sobre o feminino (BRASIL, 2020; BEARZI *et al.*, 2020).

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2020, p.1) pontua que as Nações Unidas definem a violência contra a mulher como "qualquer ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja em vida pública ou privada". É importante salientar que a violência contra a mulher é um problema social construído ao longo dos séculos, estruturado na diferença de gênero e nas suas relações de poder, bem como no modelo social patriarcal e tradicional, onde o machismo se destaca.

Entende-se como machismo a conduta de acreditar que o indivíduo do sexo masculino é superior, em qualquer aspecto, ao sexo feminino, com a crença de que as mulheres devem ser submissas aos homens. Trata-se de uma convicção que está historicamente enraizada em nossa sociedade e que provocou a necessidade de inúmeras batalhas pela garantia dos direitos femininos ao longo do tempo (GARCIA *et al.*, 2017).

A violência contra a mulher representa uma problemática mundial, contudo, no Brasil os dados são espantosos, uma vez que apontam que este tipo de violência tem apresentado números altos, com muitos casos de impacto e repercussão nacional. De acordo com as Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM, 2021, p. 94), o país apresentou, apenas em 2020, "3.913 homicídios de mulheres, dos quais 1.350 foram registrados como feminicídios, com a média de 34,5% do total de assassinatos".

Além disso, outro fator importante é o índice de violência contra a mulher em Belém/ Pará, pois, em 2020, a Promotoria de Justiça de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da capital registrou 5.179 atendimentos, e pelo menos 40 mil processos e procedimentos de violência doméstica e familiar contra a mulher tramitaram nas Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) no ano de 2019 (BRASIL, 2020; PARÁ, 2021).

Os dados detalhados, divulgados pelo MPPA, acerca do enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher da capital do Pará, no ano de 2020, mostram que 50% das mulheres que sofriam violência dependiam financeiramente dos maridos e companheiros, o perfil da maior parte das vítimas (30%) apresentava idade entre 40 e 55 anos e, 51% delas, possuía pelo menos um filho com o agressor, o que dificultava ainda mais o término destas relações. As vítimas que relataram agressões frequentes referiram que a maioria delas acontecia dentro de suas casas (64%) e que, muitas vezes, elas tentavam finalizar essas relações, porém, acabavam convencidas pela família a desistir da separação em 30% das reconciliações (PARÁ, 2021).

Os dados do MPPA também revelaram o perfil dos agressores, com a maioria, equivalente a 35%, na faixa entre 40 e 55 anos e 34% com nível fundamental incompleto, e cerca de 46% não eram casados com as vítimas. Em 71% dos casos relatados, eram eles que sustentavam a casa

com até 2 salários mínimos, mas 49% dos casos de agressão foram praticados contra a ex-mulher ou ex-companheira, e a grande parte das agressões ocorreu no período da noite (41%). Quanto ao histórico de agressão da vítima, 53% sofriram agressões frequentes e apenas 2% sofreram uma única vez, enquanto 10% mencionaram episódios isolados. Ainda de acordo com o levantamento do MPPA, as agressões ocorreram principalmente em bairros periféricos da capital, como Guamá, Pedreira e Jurunas, e apresentaram, como fator exacerbador, o uso de drogas ilícitas (13% dos casos), uso abusivo de álcool (24% dos casos) e motivo passional em 45% das ocorrências (PARÁ, 2021).

É inegável que a Terapia Ocupacional (TO), sendo um campo no qual se busca compreender e transformar o cotidiano, as subjetividades e as ocupações com as quais os sujeitos se relacionam e se engajam, pode promover contribuições a favor das construções de gênero neste âmbito (GOMES, 2021). Isto é, por meio das ocupações, podemos reproduzir (ou não) modelos patriarcais e sexistas que irão impactar a forma como as pessoas se ocupam, a partir de distinções de gênero (MORRISON; ARAYA, 2018).

Uma investigação recente sobre violência de gênero constatou que ela se mascara como “cuidado” e “proteção”, a partir de um comportamento de controle excessivo do agressor, provocando, assim, uma ideia naturalizada entre as mulheres e suas conjugalidades de que o cuidado pode ser excessivo e, por vezes, agressivo (PEDROSA; ZANELLO, 2016; NASCIMENTO, 2018b).

Frente a essa realidade, os terapeutas ocupacionais podem desenvolver, junto a esta população, atividades de mediação sócio-ocupacional facilitando o acesso a experiências diversas de manifestações artísticas, que, além de propiciarem um espaço onde os sujeitos possam treinar suas habilidades (físicas, psíquicas e sociais), podem reconhecer suas necessidades e afetos, empoderar-se, conhecer o próprio corpo, ampliar sua rede de suporte, facilitando refletir sobre outras possibilidades de estar no mundo e enriquecer seu cotidiano, bem como o entendimento acerca daquilo que naturalizam em seu dia a dia (KOBAYASHI, 2018; COFFITO, 2011).

Neste artigo, apresentamos dados de uma pesquisa que definiu como objetivos: compreender como a violência de gênero impacta a expressividade de mulheres; entender a percepção destas mulheres acerca do impacto da violência de gênero em suas trajetórias, e seu protagonismo, além de apontar estratégias da TO diante desta realidade.

1. Método

Este artigo trata de uma pesquisa qualitativa, do tipo cartográfica, que realça valores, estuda crenças, representações culturais, opiniões e atitudes comportamentais de mulheres frente à violência de gênero (SERAPIONI, 2000).

A cartografia não visa isolar o objeto de suas articulações históricas, nem de suas conexões com o mundo. Ao contrário, o objetivo da cartografia é, justamente, desenhar a rede de forças a qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente (DE BARROS; KASTRUP, 2012).

Diante desta perspectiva, este estudo foi realizado com um grupo de 10 mulheres, acompanhadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Ilka Brandão, na cidade de Belém-PA, localizado no Bairro Umarizal, no decorrer de 5 encontros, realizados no período de agosto e setembro de 2022.

O CREAS é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, por meio da Resolução Nº 109 de 11 de dezembro de 2009, o CREAS pode ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que oferece apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça e violação de direitos. O CREAS apresenta diversos serviços de proteção social, cada um com suas especificidades, de acordo com a clientela (BRASIL, 2009).

Todas as mulheres cadastradas no CREAS Ilka Brandão são assistidas por uma equipe multidisciplinar composta por assistente social, psicólogos e advogados. Porém, não há um terapeuta ocupacional na unidade, caso houvesse, sua intervenção utilizaria “tecnologias de cuidado próprias e voltadas à dimensão social da vida, em diálogo predominante com as ciências humanas e sociais[...]”, uma vez que, neste campo, “aportes provenientes da área da saúde podem ser insuficientes para a constituição do seu referencial teórico-metodológico” (MALFITANO, 2016, p. 124; OLIVEIRA, 2020).

O convite às participantes da pesquisa foi realizado por técnicas de referência do CREAS, momento em que explicaram alguns dos objetivos da pesquisa. Em encontro posterior, que consideramos como o primeiro encontro para a coleta de dados, houve a presença das pesquisadoras para melhor explicação sobre a pesquisa, assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e aplicação de um questionário sociodemográfico, que objetivou identificar aspectos específicos das condições de vida das mulheres.

Por meio do formulário sociodemográfico, constatou-se que, entre as participantes, a idade variou entre 26 e 58 anos, a média de idade das participantes era de 42 anos. Sobre o estado civil, 2 eram casadas, 6 eram solteiras e 2 disseram ser divorciadas. Todas assinalaram ter filhos. No item moradia, 6 marcaram ter casa própria, 2 tinham moradia cedida e 2 moravam de aluguel.

Sobre a escolaridade, 2 não concluíram o ensino fundamental, 1 terminou o ensino fundamental, 6 finalizaram o ensino médio e 3 cursaram o ensino superior. Quanto à ocupação das participantes, 2 eram domésticas, 1 feirante, 1 desempenhava a profissão de arquiteta, 1 tinha a ocupação de diarista, 1 trabalhava como balconista de farmácia, 1 estudante, 1 costureira, 1 cuidadora de idosos e 1 era desempregada.

As intervenções para a produção dos dados ocorreram no CREAS, onde as mulheres estavam matriculadas, pois apresentavam perfil por, anteriormente ou naquele momento, estarem experimentando o ciclo da violência de gênero. Os encontros tiveram seus áudios gravados, e, em um segundo momento, foram transcritos para leitura e análise. A análise dos dados se deu a partir da construção de Unidades Temáticas.

A análise temática envolve a busca a partir de um conjunto de dados, seja originário de entrevistas, grupos focais ou de uma série de textos, a fim de encontrar padrões constantes de significado (ROSA; MACKEDANZ, 2021). A análise temática pode ser um método que funciona tanto para “refletir a realidade, como para desfazer ou desvendar a superfície desta” (BRAUN; CLARKE, 2006, p. 83-84).

A produção dos dados foi realizada majoritariamente a partir das falas, mas contou com produções escritas das participantes, além de anotações acerca das intervenções em um diário de

campo. Cabe destacar que as participantes, ao longo do artigo, serão identificadas através de pseudônimos, para preservar suas identidades.

Os encontros contaram com temáticas que orbitavam em torno da vivência da violência, mas buscando compreender os enfrentamentos, os posicionamentos, os sonhos e conquistas das mulheres, mesmo que elas ainda estivessem sob o impacto de situações hostis e limitantes quanto à expressividade. As participantes se expressaram por meio de colagens, desenhos, escritos, pinturas e da fala. Durante a realização dos grupos, os recursos utilizados eram canetinhas, papel sulfite, colas coloridas, tesouras, revistas, recortes de textos de revistas e letras de músicas. O processo era dinâmico e dividido em três momentos: chegada, onde ocorria o “quebra gelo” entre as mulheres; a atividade principal, que trazia um tema central; e o fechamento, com relaxamento e/ou autorreflexão.

O **primeiro encontro** tratou da explicação sobre a pesquisa, assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aplicação de um questionário sociodemográfico, como já mencionado. O **segundo encontro** iniciou com um “quebra gelo” sobre semelhanças entre as participantes, sendo cada uma orientada a buscar pelo menos cinco coisas em comum com outras participantes. Depois, foi realizada a dinâmica “Duas verdades e Uma mentira” onde cada pessoa escreveu em um papel 3 frases, sendo que 2 eram verdades sobre ela e 1 era mentira. Após isso, cada uma leu as 3 frases, e as outras pessoas tentaram adivinhar qual era a mentira. Neste encontro, tratamos sobre a pergunta disparadora: “Qual o meu sonho?”, sendo construída uma Linha do Tempo, a fim de revisitar memórias importantes de eventos marcantes do passado, presente e sonhos para o futuro. As fases da vida consideradas foram infância, adolescência e adulta. Finalizamos com uma roda de conversa para debater os assuntos abordados no encontro.

O **terceiro encontro** iniciou com a dinâmica da “Teia das Emoções”, que consistiu em passar o barbante para outra participante, mas, antes, lhe falar sobre uma vivência negativa que o machismo lhe causou, possibilitando assim uma afetação entre as mulheres, formando uma teia de emoções reflexivas sobre o tema abordado. Na sequência, foi discutida a pergunta: “O que é ser mulher nessa sociedade?”, com análise e discussão de trechos do livro “Do Facebook para a Sala de Aula: Crônicas Feministas”, de Anna Maria Alves Linhares. Também usamos a questão: “Eu sofro violência quando?”, atrelada à dinâmica “Eu já ouvi x Eu nunca”, que representa um jogo com frases como: “você não pode usar batom vermelho pois chama muita atenção, vão achar que és put*”, “Fica com esse porque homem tá muito difícil de encontrar, ainda mais que você tem filho.”, “Agradeça que seu marido te ajuda a cuidar do bebê.”, “Que comida boa! Já pode casar”, “Você vai dar trabalho pro seu pai quando crescer.”, “Mulher tem que se cuidar”, “Você que está louca!”, “Mas a sua roupa estava curta demais”, “Homem não gosta de mulher assim”, “Essa daí tá bem de TPM”, “É feio mulher falar palavrão”, “Ela estava pedindo”. Finalizamos com roda de conversa.

O **quarto encontro** iniciou com um questionário intitulado “Doses de Autoconhecimento”, com 9 perguntas curtas e objetivas sobre gostos pessoais, como cor, filme, música e comida preferida, lugar que deseja conhecer, melhor amiga, comida que não gosta, o que mais gosta de fazer e o maior sonho. Em seguida, foi trabalhada a dinâmica “Quem você vê no espelho?”, para observar a autopercepção, antes e depois da convivência com homens. Foi informado, antecipadamente, às participantes que levassem algo que não usavam mais, por conta de uma imposição machista. Finalizamos com a Dinâmica da Flor, onde elas amassavam um papel, associando as marcas no papel aos momentos difíceis da vida. Ao final, deveriam desamassar o papel e fazer uma flor, objetivando

ressignificar as marcas e a própria vida. A roda de conversa foi sobre como se sentiram afetadas depois do grupo.

No **quinto encontro**, houve um relaxamento guiado com música para iniciar. Após, foi tratado o tema “Qual é o seu recado para você no futuro?”, onde construíram uma carta para si mesmas contando o que vivenciaram nos encontros e as repercussões dessas reflexões. Finalizamos com *feedback* coletivo sobre os encontros e fechamento do grupo.

A partir das produções destas mulheres, foi possível construir três unidades de significação para as análises, sendo elas “Impactos da violência de gênero sobre trajetórias de vidas”, “Percepção acerca do “ser mulher” em uma sociedade machista” e “Estratégias de intervenção da Terapia Ocupacional focadas no acolhimento, na escuta e na expressividade junto ao enfrentamento de vivências no âmbito do machismo e da violência de gênero”.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) da Universidade do Estado do Pará (UEPA), sob o parecer de número 5.614.636.

2. Resultados e Discussão

2.1. Impactos da Violência de Gênero sobre Trajetórias de Vidas

Djamila Ribeiro (2017, p. 21) enfatiza que a mulher não é definida em si mesma, mas em “relação ao homem e através do olhar do homem. Olhar este que a confina em um estado de submissão que comporta significações hierarquizadas”.

Certo senso comum das instituições sociais enxerga a mulher como submissa ao homem, aos afazeres do lar e ao cuidado único e exclusivo ao marido e seus filhos, o que faz com que o machismo persista e se reproduza em nossa sociedade, implicando diretamente em sua naturalização e, ainda, no reforço à misoginia (CHAVES, 2015; NASCIMENTO, 2018a).

Sobre essa perspectiva, Joice Berth enfatiza que:

Muitas vezes, estar imerso na realidade opressiva impede uma percepção clara de si mesmo enquanto oprimido. A este nível, a percepção de si como contrário ao opressor não significa ainda que se comprometa a uma luta para superar a contradição: um polo não aspira a sua libertação, mas a sua identificação com o polo oposto. (BERTH, 2019, p. 19)

Uma outra questão neste universo temático se presentifica em mulheres que tendem a reproduzir a relação que vivenciaram na infância, muitas vezes revivendo com seus cônjuges a história de violência que sofreram em seus lares originários (GOMES *et al.*, 2007; LAZZARI; ARAÚJO, 2018).

Para Fonseca, Ribeiro e Leal (2012) e Capeleline *et al.* (2019), fatores que alimentam o ciclo de violência doméstica são a tolerância e a autculpa que surgem na vítima, muitas vezes sendo recursos utilizados pelos agressores para mantê-las vinculadas ao sistema de abusos e agressões aos quais as submetem.

De acordo com Carmo e Moura (2010) e Batista e Marques (2020), para a mulher, é muito difícil romper com esse ciclo, já que ela vive sucessivas crises emocionais e psicológicas ao longo destas vivências, sem falar que muitas mulheres tendem a depositar suas expectativas e sonhos em torno daquela pessoa que a violenta, pela representação de afeto do agressor.

O ciclo da violência apresenta uma dinâmica própria que inclui momentos de idealização do parceiro, onde a negação da violência se sobrepõe, pactuada por promessas mútuas que caracterizam quase um momento de “lua de mel”, seguido de descumprimento dos papéis sociais idealizados, situações de tensão, onde insultos, humilhação e intimidação são frequentes, dando sequência em ameaças, com necessidades de autoafirmação que culminam em agressões com episódios agudos de violência e a confirmação mútua de identidades, com a dicotomia do homem dominador e da mulher passiva. Até que o ciclo de idealização reinicia (BRASIL, 2020).

A dificuldade que algumas mulheres sentem na fragmentação desse ciclo se reflete diretamente na relação com os filhos, pois estes presenciam cenas de discussões, humilhação, submissão extrema e, até mesmo, agressões, que muitas vezes podem provocar, posteriormente, sentimentos de rebeldia, medo e até raiva, como destacado na narrativa de algumas participantes a seguir:

“Eu tenho um problema com meu esposo, em relação aos meus filhos, meu esposo ele tem problema há muito tempo com dependência química. E devido a isso retrai muito os filhos, não tem paciência, não que não sabe lidar com situações, tem um filho que ele é especial, ele tem esquizofrenia e tem TOC. O pai arranja conflito, o pai não entende o problema do filho. Aí, fica aquela briga. O pai não sabe conversar, vai na agressividade”. **(Girassol)**

“[...] depois que as minhas filhas começaram a crescer, porque na minha época a gente não dava filosofia nem sociologia, e hoje elas já dão essas disciplinas que são muito importantes, porque vi esse outro lado de que elas começaram a enxergar”. **(Liz)**

“A violência que foi dentro de casa não aconteceu só comigo. Foi com elas também! E. eu contei também que foi num momento que, às vezes, eu não estava em casa. De ele ir trancar elas num local pra elas não irem daquele jeito [se referindo às roupas que as filhas usavam]”. **(Lírio)**

Entretanto, o desejo por não perpetuar, com os filhos, o ciclo da violência pode ser um disparador de grandes mudanças, como corroboram os excertos a seguir:

“Eu queria sair daquele ambiente, de bebida, de coisas que eu não queria. Por tá criando meus filhos ali, sabe? Então, meu filho já está ficando rapaz já, então eu queria sair dali”. **(Liz)**

“A nossa casa deveria ser o lugar mais confortável do mundo. A nossa casa deveria ser o lugar pra descansar, amar e ser feliz. Porém, em muitos casos, é lugar de pesadelo e horror”. **(Sakura)**

A violência doméstica tende a aumentar pela privacidade onde geralmente acontece, e pelo medo causado, que reforça a obediência da mulher, e, muitas vezes, a incorporação dos princípios dos opressores (BRASIL, 2019).

O ideal machista de que cabe ao homem o sustento financeiro da família também reforça nas mulheres o lugar de dependência econômica, tornando-se ainda mais difícil para elas escaparem do contexto de violências (BRASIL, 2023). Isso é confirmado no último relatório do MPPA, sobre os

casos de violência doméstica, que aponta que o motivo de 30% das reconciliações com agressores se deu por dependência econômica das vítimas (PARÁ, 2021).

“A gente como mãe, a gente se sente culpada. Aí, a gente não trabalha e se sente culpada, porque não posso dar um biscoito ou um danone pro meu filho”.
(Sakura)

Algumas pessoas que crescem em um ambiente abusivo podem interpretar uma agressão como carinho ou superproteção, caso esta seja a lembrança do relacionamento parental que viveram, e isso pode se tornar uma crença central muito forte, mesmo que inconsciente. Isso também acontece quando o entendimento em torno do relacionamento abusivo ainda não é evidente para a vítima (REPPOLD *et al.*, 2002).

Del Bianco e Tosta (2021, p.103) referem que a criança, muitas vezes, frente à situação de abuso sexual, reage ao brusco desprazer “pela identificação ansiosa e a introjeção daquele que a ameaça e a agride”. Tal atitude pode se repetir na fase adulta, frente à violência de gênero.

Uma das participantes refere a busca por uma vivência paternal saudável às suas filhas, entretanto, o ciclo de violência advindo da infância, junto ao pai, se refaz com seu companheiro na fase adulta. E, a partir do momento que esta mulher revive as lembranças do abuso por meio da revitimização imposta por seu companheiro, os sentimentos acerca da figura paterna reaparecem:

"Ele tentou abusar de mim. Entendeu? Quer dizer, pra mim, ele destruiu o sonho de como era um pai. Porque pra mim, pai protegia, podia contar. Eu queria muito que o pai das minhas filhas vivesse isso, eu queria dar uma família para minhas filhas, como eu não tive. Não consegui fazer isso”. (Yasmin)

Flavia Liberman (2010) ressalta que as memórias que o corpo carrega, desde criança, podem ser (re)experimentadas, atualizadas com novos protagonistas, sejam elas emoções intensas de vergonha, memórias angustiantes de cenas em que se foi motivo de chacota, ou pouco valorizada em “uma dinâmica familiar em que os homens pensam e agem como se soubessem de tudo, e as mulheres (ainda meninas) têm pouco a dizer” (LIBERMAN, 2010, p. 449).

O impacto da violência de gênero também perpassa pela desconstrução na esfera dos sonhos, sejam eles no campo profissional ou pessoal, onde o agressor impede o crescimento da mulher. Este aspecto foi mencionado por algumas participantes:

“No meu caso, foi o meu ex-marido, pai dos meus filhos. Passei na USP para serviço social, passei três meses, e aí ele não deixou mais eu fazer, ele dizia que fazer faculdade à noite, era só garota de programa, só gente que não prestava. E eu tinha que cuidar dos meus filhos. E ele é assim até hoje”. (Flora)

“O pai da minha filha, eu era bem novinha, o relacionamento com ele, eu tinha dezesseis anos, eu não tinha uma noção de vida. Quando eu engravidei, eu achava que era isso, cuidar de casa, de marido, larguei o estudo”. (Girassol)

"Mesmo assim, cansada, eu procuro fazer o dever, eu procuro conversar, entendeu? Então, eu não estava dando conta do trabalho, faculdade, a família em crise. Então, eu preferi largar a faculdade, mais lá na frente, eu quero, a prioridade

agora são meus filhos, eu quero, sempre foram, mas é que essa fase que eles estão agora, eles precisam mais”. **(Rosa)**

“[...] eu tinha que ceder, cedia a certos caprichos, meus filhos eram pequenos. E eu dependia dele[.]”. **(Lily)**

As narrativas das participantes apontaram que, quando a questão da violência se instalou, elas deixaram de focar em sonhos profissionais e se voltaram para sua própria recuperação ou sobrevivência.

A criação dos filhos também é outro ponto impactado pela violência em suas trajetórias de vida. Deste modo, muitas mulheres casadas são mães solo, uma vez que o estado civil não tem relação com a maternagem, embora, muitas vezes, as mulheres não consigam enxergar o lugar que ocupam, principalmente quando há contínua omissão paterna e elas a naturalizam.

Lize Galvão (2020) evidencia, em seu estudo sobre a maternidade solitária, algumas expressões “romantizadas” atribuídas às mães solo, como “mãe guerreira” e “pãe” – esta última que representa a acumulação das funções de “pai” e mãe” – e que revelam não apenas o pai ausente, como a própria sobrecarga feminina no que diz respeito ao trabalho de cuidado.

"Acessei o Facebook agora e infelizmente vi que muitas postagens mostram o quanto as mães desempenham o papel de pai, porque são pais ausentes ou porque nunca apareceram nas vidas de seus filhos”. **(Rosa)**

“Eu escolhi esse texto porque me identifiquei com ele. Eu também sou pai e mãe. E a minha filha, o pai quase não tem contato com ela. Essa ausência vem muito na fala dela. Ela verbaliza essa ausência. Por exemplo: 'ah, aqui só os sem pais!'. Ela traz muito disso”. **(Violeta)**

Ana Cláudia Peres (2020, p. 21) refere que o Brasil tem cerca de “11 milhões de famílias compostas por mães solo, com mais da metade dessas vivendo abaixo da linha da pobreza, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”.

“A sociedade julga muito, mas quando é uma mãe ausente, pesa muito mais. A mulher não presta por ter abandonado um filho, pesa mais do que um pai ausente. Não é tão cobrado do homem o fato dele ser ausente”. **(Lírio)**

Se, por um lado, a mãe solo vem sofrendo historicamente com o preconceito por não estar inserida em uma relação conjugal, atendendo aos padrões impostos pela sociedade, de outro, o abandono paterno parece ser naturalizado (GALVÃO, 2020).

Em alguns casos, a vítima se envolve continuamente em relacionamentos abusivos, sempre repetindo a escolha de alguém violento, e mantendo a postura passiva, se envolvendo de maneira tão forte emocionalmente que cria circunstâncias que facilitam o domínio e o abuso pelo companheiro (DIAS; CANAVEZ; DE MATOS, 2018).

A mulher, diante de um contexto que lhe impõe violência, pode apresentar dificuldades na habilidade de se comunicar com os outros, de reconhecer e comprometer-se de forma realista com os desafios encontrados, além de desenvolver sentimento de insegurança concernente às decisões a serem tomadas (PEREIRA; CAMARGO; AOYAMA, 2018).

Os relatos discutidos nesta unidade refletem a forma pulverizada e abrangente que os impactos da violência de gênero assumem sobre as trajetórias de vidas das mulheres participantes desta pesquisa. Ousamos afirmar que apenas uma força interventiva intersetorial, da qual a sociedade como um todo faça parte, é que poderá construir modos de reduzir tais repercussões. Então, se o Estado, a Igreja, as mídias, as escolas, toda uma força tarefa se constituir, mais pessoas podem aprender sobre ciclos de violência, podem se encorajar a denunciar suas realidades, e, ainda, por outro lado, podem aprender a não julgar as mulheres que vivenciam essa situação, o que reprime que elas sejam revitimizadas.

2.2. Percepção acerca do “ser mulher” em uma sociedade machista

Assim que uma mulher nasce, um lugar específico tradicionalmente é imposto à ela, por um lado, como pessoa frágil, mas, por outro, como forte cuidadora. Essa expectativa contraditória que inclui fragilidade e, ao mesmo tempo, força, denota em um conflito que afeta de inúmeras maneiras as mulheres ao longo de suas vidas. A conscientização feminista revolucionária enfatizou a importância de aprender sobre o patriarcado como sistema de dominação, como ele se institucionalizou e como é disseminado e mantido. Compreender a maneira como a dominação masculina e o sexismo eram expressos no dia a dia conscientizou mulheres sobre como éramos vitimizadas, exploradas e, em piores cenários, oprimidas ou mortas (HOOKS, 2015).

Em grande parte dos meios de comunicação, as mulheres são representadas como figuras dóceis, frágeis e fracas, donas de casa que cuidam dos filhos e do marido. À mulher, é entregue a função de estabelecer e manter as relações familiares. E, além de desempenhar todas essas tarefas, existe a cobrança pela beleza, não podendo deixar de ser vaidosa e apresentar sempre boa aparência (SOUZA, 2021).

“Meu corpo, minhas regras!”. Esta frase de empoderamento que vem do movimento feminista, o qual tem dado voz aos direitos das mulheres sobre seus próprios corpos, e reforçado o enfrentando diante de uma sociedade machista, tem explicitado as contradições e a necessidade de enfrentamentos. A frase e a luta são legítimas, uma vez que, historicamente, o corpo feminino sempre foi considerado como um objeto. O feminismo aparece neste cenário como um movimento libertário, lutando pela autonomia das mulheres, para que possam decidir sobre suas vidas e seus corpos (EUZÉBIO; RESENDE, 2019).

É o atrelamento a pensadores, a movimentos e estudos que desautorizam o machismo e as práticas de submissão e que reforçam as lutas contínuas a serem travadas no campo do feminismo.

Tílio (2021) revalida Matos e Soihet (2003) ao debater que, no espaço público, o corpo das mulheres que performam aspectos da feminilidade assume duas possíveis interpretações: corpo privado, que deve permanecer oculto; e corpo público, apropriado e dominado pelos homens para ser exibido como troféu ou sob dominação. É nesse cenário que a violência contra as mulheres nas relações entre gêneros adquire consistência, confirmada nos relatos das participantes:

“Mulher tem que se cuidar’. Engraçado que eu observo eles dizendo: ‘ah, porque eu não vou ficar com mulher feia e não sei o que’ e eu olho pro cara, barrigudo, feio... aí a mulher que tem que aturar um homem feio dentro de casa”.

(Flora)

“É feio mulher falar palavrão’. como se fosse só coisa de homem, né? É algo muito taxativo”. **(Lily)**

“Eu nem me olhava mais no espelho”. **(Girassol)**

“Eu nunca usei maquiagem, eu sempre fui assim, mas assim, quando pintava meu cabelo, porque meu cabelo era todo branco, e ele sempre queria que eu não pintasse, mas eu sempre pintei, e ele implicava”. **(Lírio)**

As experiências pessoais relatadas pelas participantes da pesquisa envolveram a descrição de violência psicológica, física, assédio e abuso sexual, enfrentado desde o âmbito escolar até o seio familiar, além de vivências relativas aos papéis sociais impostos ao gênero feminino. Relataram, ainda, sobre importunação sexual, relacionada ao modo de se vestirem:

"Ouvi, principalmente em questão da roupa: 'ah, não pode usar sainha', 'tá na rua, tá pedindo isso. Pediu pra ser estuprada’”. **(Violeta)**

E como usar um simples batom vermelho causara impacto negativo no outro e que, por muitas vezes, o machismo era direcionado e afirmado por mulheres da própria família:

"[...] esse comentário vem até de mulher. Olha, muitas vezes eu até achei que elas estavam certas e depois que as minhas filhas começaram a crescer, porque na minha época a gente não dava filosofia nem sociologia, e hoje elas já dão essas disciplinas que são muito importantes, porque vi esse outro lado de que elas começaram a enxergar’”. **(Liz)**

“[...] sim, de certa forma, sim. Eu acho que é pejorativo, né? A forma de se falar... as palavras têm poder, né? 'O batom vai te transformar em algo...’, é um negócio que é doído ouvir’”. **(Rosa)**

Reconheceram que, através de falas e atos machistas, suas vidas foram se desenvolvendo de maneira submissa, até o momento que houve o entendimento do que era a violência de gênero:

“Ah, eu tenho assim, que quando eu terminei meu ensino médio, eu conheci o pai do meu filho. Aí comecei a parar de fazer inglês, eu fazia, já ia fazer o vestibular na época, aí parei. Ele não me pressionou, mas indiretamente, ele: Ah, deixa pra depois. Me arrependi muito, não pelo meu filho, mas por ter parado e tudo. Às vezes o homem, tem homem que não obriga assim, mas indiretamente ele vai cortando, podando a gente e tudo. E eu me arrependo muito, porque, eu poderia ter feito a faculdade que queria muito’”. **(Sakura)**

“Acho que esse homem machista tem que pagar pelo que ele faz, porque nós estamos cansadas de sermos humilhadas. Ela falou sobre o trabalho. No trabalho, eu tenho que viver mandado localização pra ele. E isso sufoca. Eu já conversei com ele sobre isso, mas não teve jeito’”. **(Liz)**

"Eu quase não tenho amigos. Praticamente, meu casamento me afastou de todos os meus amigos praticamente[...]’”. **(Sakura)**

“Pra não ter discussão, que aí, quando a gente tentava questionar, ele já ficava alterado, aí a gente parava a insistência”. **(Yasmin)**

“Eu fui omissa na época e eu aceitei [a violência]. O que eu deveria naquele momento, eu não consegui enxergar”. **(Rosa)**

Ao refletir sobre aspectos que englobam a violência de gênero, Simone de Beauvoir (1980, p.109) exhibe, em sua obra intitulada “O segundo sexo”, o debate sobre mulheres que decidem ficar solteiras após serem vítimas de violência: “Já que a opressão da mulher tem sua causa na vontade de perpetuar a família e manter intacto o patrimônio, ela se liberta também dessa dependência absoluta na medida em que escapa da família”.

“É como se a gente fosse obrigada...como se nós fossemos obrigadas a ter um homem, não pudéssemos ficar sozinhas”. **(Yasmin)**

“Quando eu tô sozinha, ainda dizem que eu sou sapatão”. **(Lírio)**

A decisão por não constituir família em décadas passadas seria impensável pelas mulheres. Na atualidade, a mulher está mais empoderada para assumir suas escolhas. O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, “da assertividade individual até a resistência, protesto e também mobilização coletiva que questionam as bases das relações de poder” (BERTH, 2019, p. 19). Sobre este aspecto, as participantes referem:

“E eu tenho certeza de que nós somos fortes o suficiente pra vencer isso. Nós temos que correr atrás dos nossos direitos, porque se a gente não correr, quem vai, né?”. **(Girassol)**

“Sim, inclusive, eu levei ele pra Maria da Penha. Ele tá com medida, ele não pode se aproximar. Ele pede pra tirar, mas eu digo: 'eu não tenho certeza se tu ainda vai encostar a mão em mim, então eu não posso retirar". **(Lírio)**

Gomes e Brito (2019) mencionam que o empoderamento é um processo por meio do qual as mulheres vão em busca de recursos que lhes permitam ter voz, visibilidade, influência, capacidade de ação e de decisão diante das situações de exclusão decorrentes da hegemonia/dominação masculina.

Ao tratarmos das percepções acerca do “ser mulher” em uma sociedade machista, considerando a perspectiva das participantes, percebemos que suas vidas são repletas de vivências que as ensinaram acerca do feminino em uma sociedade machista, com os julgamentos, as lutas, as restrições e discriminações, mas que, mesmo diante desta realidade, a coragem para lutar vem abrindo caminhos que as empoderam e protegem.

2.3. Estratégias de Intervenção da Terapia Ocupacional Focadas no Acolhimento, na Escuta e na Expressividade Junto ao Enfrentamento de Vivências no Âmbito do Machismo e da Violência de Gênero

A partir da escuta das participantes, foi possível dialogar com referências da Terapia Ocupacional, e vislumbrar estratégias de intervenção para esta clientela, cuja problemática se mostra tão singular.

Os vínculos que foram se estabelecendo ao longo dos encontros com o grupo de mulheres no CREAS deixaram nítida a importância de se construir impulsos de resignificação ou enfrentamento, e que estes só se mostram possíveis através dos agrupamentos e os compromissos que advém destes, sejam eles intergeracionais, dos diferentes, dos iguais, mas, independentemente se homogêneos ou não, os coletivos se mostram como paisagens de descobertas, de partilhas, e que resultam em crescimento recíproco.

Para Flávia Liberman (2007; *et al*, 2017), os encontros movimentam e incitam o trabalho expressivo, impulsionando canais perceptivos que amplificam a sensibilidade dos sujeitos. Esta ideia entra em consonância com o que Michel Foucault (1984) delineou sobre o Cuidado de Si, que implica em forças de agir e pensar que desencadeiam práticas e ações pelas quais o sujeito se coloca em movimento existencial de contínuo conhecimento e transformação de si.

Em um grupo feminino, cada mulher pode ensinar e aprender ao mesmo tempo. Isso acontece pela troca de experiências, pela discussão acerca de seus papéis na sociedade, ou da expressão de sentimentos e da reflexão sobre as atividades vivenciadas, muitas vezes implicando em identificação, mas, também, resignificação de ideias. Estas ações em grupo corroboram com a Resolução nº 406 do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO, 2011), que trata das ações da Terapia Ocupacional nos contextos sociais e menciona, como competência do profissional da TO, desenvolver ações de fortalecimento de redes de suporte e de trocas afetivas, culturais e de apoio.

O terapeuta ocupacional intervém de modo a reconstituir memórias e histórias e de valorizar as formas socioculturais de expressão, e os saberes já existentes, mas propiciando ações críticas e reflexivas que auxiliem na organização da vida cotidiana e nos projetos de vida (COFFITO, 2011).

O acolhimento se mostrou outro fator determinante nessa experiência, uma vez que se construiu desde a recepção das participantes, do estabelecimento do contrato de sigilo e na apresentação do grupo, seguindo ao longo dos encontros e mostrando-se desafiador ao nos depararmos com os movimentos, conscientes ou não, de fuga.

Estes movimentos surgiram como ausências de alguns encontros, como silêncios, como recusas em partilhar. Acolher é, também, saber não ser invasivo, e compreender que cada processo de mudança inicia lentamente, e que olhar de frente para aquilo que nos amedronta, ou que não sabemos ainda como lidar, requer tempo, tempo para processar e, depois, tempo para reagir.

Flávia Liberman *et al.* (2017) refere que aprender é entrar em processo de transformação e que só conhecemos o que nos afeta, sendo a aprendizagem de si resultado de uma abertura anterior às experiências de vida.

A utilização de recursos expressivos diversos mostrou-se potente para atingir a pluralidade humana presente naquelas mulheres, contemplando as participantes como um todo, em seus papéis ocupacionais, afetos, emoções, relações sociais, habilidades, desejos e interesses.

A proposição da escuta dos sonhos das participantes, ao longo do processo de produção dos dados, se mostrou como espaço que acolheu e, ao mesmo tempo, empoderou a quem ouviu os relatos, como percebe-se nos excertos a seguir:

“Eu gosto de ter o meu dinheiro, eu não gosto daquele negócio de tá pedindo todo o tempo, mas eu gostaria de arrumar algo que eu possa trabalhar em casa pra ficar mais perto das minhas filhas, porque como eu trabalho a semana toda praticamente, eu passo mais tempo longe delas, do que perto delas”. (Lily)

“Muita das vezes, a gente tá no dia a dia e acaba esquecendo de como a gente era na infância, de como a gente foi há cinco anos atrás, do que a gente realmente queria! A gente, muita das vezes, troca nossos sonhos pelos sonhos de outras pessoas, coloca o sonho deles na frente”. **(Lírio)**

“No presente [o sonho], é libertação e me amar mais! Poder me libertar em algumas coisas, que realmente, né, que eu acho que é maior do que eu”. **(Flora)**

“É, e me amar, porque eu sei que me deixei pra trás e eu não consigo me enxergar, eu preciso me encontrar, né? E pro futuro, né, ser feliz”. **(Girassol)**

“[...] eu queria conseguir um emprego para sustentar os meus filhos”. **(Violeta)**

“Eu quero restituir a minha família e ver meus filhos felizes, no futuro eu quero fazer uma faculdade”. **(Violeta)**

Ao revisarem os próprios sonhos, ao relatarem aquilo que ainda era apenas algo sem muito planejamento, muitas vezes nunca antes compartilhado, pôde enfim ganhar força com a palavra, pôde ser reforçado pelos ouvintes e ganhar corpo e planejamento para, posteriormente, ser executado.

Ao examinarmos o impacto das vivências violentas sobre a expressividade daquelas mulheres, percebemos que suas expressões espontâneas foram atropeladas pelo medo e pela vergonha. E muitos silêncios, negações, recusas e ausências eram reflexo da tentativa de esquecer o que haviam vivido, ou pelo menos não rememorar e se revitimizarem com as lembranças traumáticas.

Enquanto pesquisadoras, o impacto da violência sobre as mulheres que acompanhamos se mostrou, desde o início, na dificuldade para se montar o grupo, também trazido à tona pela resistência das mesmas em dar continuidade ao trabalho iniciado, e, inúmeras vezes, na dificuldade em falar o que sentiam na frente de outras mulheres, ainda que todas sofressem da mesma realidade.

Também foi evidente a sensação de ficarem emocionalmente mobilizadas diante do tema, e mais mobilizadas ainda a cada vez que se ouviam. A dificuldade das mulheres para falar sobre as violências sofridas de maneira franca tornava algumas narrativas incompreensíveis, porque eram apresentadas fora de contexto ou incompletas.

Também, como mulheres ouvintes, foi desafiador entrar em contato com relatos que sinalizavam o quão longe se encontravam os processos de mudança, e o quanto de trabalho se tinha pela frente com cada uma daquelas mulheres, como quando Sakura nos disse:

“Eu até teria coragem de denunciar, porém não tenho coragem de me afastar, de colocar um ponto final”. **(Sakura)**

É importante enfatizar que, quando mulheres vítimas de violência buscam por ajuda, é comum sentirem dificuldades em expressar seus sentimentos, em razão das peculiaridades da violência sofrida (GOMES *et al.*, 2012; CAPELELINE *et al.*, 2019).

Mal havia começado o debate sobre violência doméstica em tempos de pandemia, promovido pelo Instituto Maria da Penha, e transmitido ao vivo por uma rede social, quando um comentário ocupou a pequena tela do celular e chamou a atenção de quem estava online: — *Socorro! Socorro!* E, logo depois, sem descanso: — *Alguém pode me ajudar, por favor! Estou sofrendo violência! Meu marido*

me agride! Enquanto outras mulheres que participavam da “live”, no início da noite de 28 de abril, ainda impactadas, digitavam rapidamente palavras solidárias, a mediadora Regina Célia Barbosa encaminhava a autora dos comentários para os canais privados do Instituto Maria da Penha, onde uma equipe já estava a postos para orientá-la sobre como proceder. Ali mesmo, em tempo real, muitas outras mulheres compartilhavam suas experiências. Houve o relato da filha que denunciou o próprio pai depois de presenciar anos de maus tratos à mãe. E a garota que só percebeu ter sido vítima de violência depois que terminou um relacionamento que durou seis anos (PEREIRA; CAMARGO; AOYAMA, 2018).

O sentimento que mais leva mulheres à denúncia é a exaustão com a situação de agressão, e, especialmente, a vergonha diante dos filhos. Outro sentimento detectado é o medo de que a situação se agrave mais e que isso signifique risco iminente de morte (PEREIRA; CAMARGO; AOYAMA, 2018).

Em referência à situação vivida no modo virtual, Cláudia Peres (2020) discorre sobre a importância de haver um espaço seguro para que as mulheres possam se expressar com relação à vivência de violências. E este espaço precisa contar com pessoas capacitadas a acolher, orientar e dar suporte no momento em que a coragem rompe o medo.

A escuta acolhedora, não julgadora e ativa é o ponto principal a contribuir para que as mulheres encontrem estratégias de enfrentamento (D’OLIVEIRA *et al.*, 2009; OLIVEIRA; FONSECA, 2015; BRASIL, 2016; BEARZI *et al.*, 2020).

Os relatos que ouvimos partiram de diversos contextos e histórias de vida, trazendo vivências de assédio sexual em via pública e no local de trabalho, coerção sexual por parte de companheiro, violência física, humilhação e violência patrimonial, levando a família à dependência financeira do agressor, com casos de separação e outros em que permaneceram na relação.

Outra problemática é que o sentimento de vergonha dificulta o diálogo e aumenta a sensação de solidão, e de culpa, da mulher que sente que não é vista, que é “responsável” pelo seu sofrimento e, portanto, tem que suportar tais situações ou resolver sozinha o problema.

É em grupo que essas mulheres podem olhar criticamente para a realidade, pois, ouvindo relatos de outras pessoas em situações semelhantes às suas, é possível pensar a própria realidade, afastar-se dela, observá-la e transformá-la.

O enfrentamento que buscamos discutir, pela via da Terapia Ocupacional, passou pela escuta, pelo acolhimento, pela facilitação de expressividade por meio de atividades direcionadas, mas funcionou, ainda, como a criação de uma caixa de ressonância, em que as mulheres ouvidas trouxeram relatos muito encorajadores, como observamos nos excertos a seguir:

“Então, não preciso fazer nada por causa de ninguém, tenho que fazer por mim. Eu aprendi a gostar de mim mesma em primeiro lugar, em segundo ele e em terceiro”. **(Lírio)**

“Hoje em dia, eu tenho voz, eu faço o que eu quero, vou atrás do que eu quero. Eu acabei de uma certa forma, me olhando mais um pouco, e vendo que não era aquela bolinha ali, onde as pessoas machistas insistem em colocar as mulheres, acham que é só aquilo”. **(Margarida)**

Maximino (1997), ao tratar sobre ações grupais da Terapia Ocupacional, fundamentou-se nos conceitos de espaço potencial e caixa de ressonância. A autora supracitada pontuou que, no espaço potencial, o grupo de atividades deve propiciar um ambiente confiável para que o sujeito arrisque estabelecer relações, sendo estimulado a experimentações, e, tal como uma caixa de ressonância, o grupo pode funcionar ampliando as possibilidades interventivas, já que as mediações dirigidas a um paciente podem atingir o grupo como um todo.

Quando o grupo se torna, para seus integrantes, um ambiente confiável e facilitador da exploração do mundo, assume então uma função de espaço potencial (BALLARIN, 2003).

Acolhimento, escuta e espaços de expressão são importantes fatores de cuidado diante de situações de muita tensão e vulnerabilidade. O uso dessas premissas pela TO cria ambientes de intervenção em que reflexões importantes podem ser tratadas em ações de educação em saúde, por exemplo, em que o sofrimento pode ser amenizado e encarado de outros modos, em que tomadas de decisão podem se abrir como possibilidades concretas, fazendo diferença na forma como as mulheres lidam com a problemática da violência que experimentam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa é uma tentativa de aproximação do campo da violência de gênero, em que os recursos utilizados e a abordagem empregada para a produção dos dados apresentam-se enquanto estratégias dentro da produção de espaços de cuidado da TO.

Notamos que os recursos artísticos ofereceram a essas mulheres uma produção sujeita a certa visibilidade, que, ao serem destacadas como objeto de reflexão, representaram um elemento de construção, articulação e transformação da vida cotidiana. Cada etapa do processo mostrou que os canais criativos, expressivos, atuam na mediação da comunicação afetiva entre as pessoas e como potencializadores de novas descobertas e habilidades.

Teixeira (2010) aponta que a promoção destes espaços não assume caráter interventivo, no sentido que essa nomenclatura possa se aproximar de um tratamento, mas de reflexão e troca de experiências, bem como da garantia de escuta e acolhimento.

As limitações deste artigo se dão pelo número pequeno de participantes da pesquisa e pelo lócus da mesma abranger apenas uma instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Deste modo, recomendamos que mais dispositivos do SUAS possam participar de pesquisas futuras e que estas abranjam um número maior de participantes.

Os achados não nos permitem generalizações, mas são importantes, pois dizem respeito à realidade recortada no universo pesquisado. Podemos afirmar, entretanto, que o conhecimento levantado com a análise dos dados nos permitiu atingir os objetivos construídos.

Um ponto de discussão que não foi abordado neste artigo, pela profundidade que requer, solicitando um debruçar específico sobre ele, se refere ao enfrentamento da violência de gênero por mulheres negras, que historicamente são tratadas de maneira diferenciada, com seus corpos vistos como meras mercadorias.

O diálogo sobre a trajetória das mulheres negras no Brasil está associado à negação do autorreconhecimento, por isso é preciso identificar os processos relacionados à raça, gênero e classe que tornam as vozes destas mulheres ainda mais vulneráveis. É necessário a percepção das nuances

de gênero que atravessam as mulheres negras, uma vez que elas são duplamente oprimidas pelo patriarcado e pelo racismo (SANTOS; THOMAZINI, 2022).

Os achados da pesquisa nos permitem confirmar acerca da abrangência que os impactos da violência de gênero assumem sobre as histórias de vida das mulheres e suas expressividades. Felizmente, ainda existem pulsos de enfrentamentos que abrem caminhos para mudanças.

A Terapia Ocupacional, diante deste fenômeno, busca ofertar suporte pela escuta, acolhimento e facilitação da expressão. Mas ainda é importante que a TO aprofunde seu leque de intervenções neste campo e produza mais conhecimento que embase práticas e pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BALLARIN, M. L. G. S. Algumas reflexões sobre grupos de atividades em terapia ocupacional. In: PADUA, E. M. M.; MAGALHÃES, L. V. *Terapia ocupacional: teoria e prática*. Campinas: Papyrus, 2003. p. 63-76.

BATISTA, A. L. S.; MARQUES, M. I. B. Reflexões sobre o ciclo da violência doméstica a partir do Creas de Paranaíba/PR / Reflections on the cycle of domestic violence from Creas de Paranaíba/PR. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 3, p. 12955–12966, 2020. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/7745>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

BEARZI, P. S. S de et al. Trilhas para o enfrentamento da violência contra a mulher. *Revista Estudos Feministas*. 2020, v. 28, n. 3. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n360162>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo: A Experiência Vivida*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BERTH, J. *Empoderamento*. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: Gráfica e editora Brasil, 2011. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2022.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009*. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. 2009. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

_____. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres. Ministério da Saúde. *Instituto Sírio Libanês de Ensino e Pesquisa*. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_atencao_basica_saude_mulheres.pdf>. Acesso em: 07 set. 2022.

_____. Presidência da República. *Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha*. Brasília: DF, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 12 jan. 2022.

_____. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. *Enfrentando a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Brasília: DF, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/ebserh-apoia-acao-do-mfdh-que-visa-combater-violencia-contra-a-mulher/enfrentando-a-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

_____. Senado Federal. Agência Senado. *Dependência econômica da mulher agrava violência doméstica, dizem debatedoras*. 2023. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/06/14/dependencia-economica-da-mulher-agrava-violencia-domestica-dizem-debatedoras>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

_____. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Entrevistas. *A grande causa da violência [contra a mulher] está no machismo estruturante da sociedade brasileira*. 2019. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/entrevistas/2019/a-grande-causa-da-violencia-contra-a-mulher-esta-no-machismo-estruturante-da-sociedade-brasileira>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2. p. 77-101. 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/235356393_Using_thematic_analysis_in_psychology>. Acesso em: 19 jun. 2023.

CAPELELINE, C. D. J. et al. Grupo Reflexivo Para Mulheres Vítimas De Violência Doméstica No Poder Judiciário De Rondônia. *Gênero & Direito*, v. 8, n. 3, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/47762>>. Acesso em: 12 out. 2022.

CARMO, P. C. C. S.; MOURA, F. G. A. Violência doméstica: a difícil decisão de romper ou não com esse ciclo. *Fazendo gênero*, 2010, 9. Disponível em: <http://www.fg2010.wvc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278278656_ARQUIVO_VIOLENCIADOMESTICAADIFICILDECISAO-DEROMPEROUNAOCOMESSECICLO.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2022.

CHAVES, F. N. A mídia, a naturalização do machismo e a necessidade da educação em direitos humanos para comunicadores. In: *XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Intercom*, 14, Manaus, 2015. Disponível em: <<https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0893-1.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2022.

COFFITO. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERIA E TERAPIA OCUPACIONAL. *Resolução Nº 406, de 7 de novembro de 2011*. Disciplina a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional nos Contextos Sociais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 nov. 2011.

DE BARROS, P. L.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia (Orgs.). *Pistas do método da cartografia*. Porto alegre: Sulina, 2012, 52-75.

DEL BIANCO, O. M.; TOSTA, R. M. Abuso sexual infantil, trauma e depressão na vida adulta: um estudo de caso. *Gerai*, *Rev. Interinst. Psicol.*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 1-25, ago. 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202021000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 jan. 2023.

DIAS, S. A. S.; CANAVEZ, L. S.; DE MATOS, E. S. Transtorno De Estresse Pós-Traumático Em Mulheres Vítimas De Violência Doméstica: Prejuízos cognitivos e formas de tratamento. *Revista Valore*, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 597-622, dez. 2018. ISSN 2526-043X. Disponível em: <<https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/114>>. Acesso em: 01 jan. 2023.

D'OLIVEIRA, A. F. P. L. *et al.* Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero: uma alternativa para a atenção primária em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 4, p. 1037–1050, jul. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/SzQ96NCxv3hWNQ5T-vBBSjTB/#>>. Acesso em: 03 mar. 2022.

EUZÉBIO, P. M.; RESENDE, F. M. "Mulheres Que Querem Mudanças E Se Juntam: As Potencialidades Transformadoras Do Movimento Feminista No Contexto Escolar. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, v. 4, n. 7, p. 157-174, 19 jul. 2019. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/20761>>. Acesso em: 07 dez. 2022.

FONSECA, D. H. D.; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*, v. 24, n. 2, p. 307–314, maio 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/bJqkynFqC6F8NTVz7BHNt9s/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 22 out. 2022.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

GALVÃO, L. B. Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. *Revista Direito e Sexualidade*, v.1, n.1, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/36872/21118>>. Acesso em: 18 dez. 2022.

GARCIA, J. *et al.* A influência da música brasileira na naturalização da violência contra a mulher. *Anais da Jornada Científica dos Campos Gerais*, v. 15, 2017. Disponível em: <<https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/jornada/article/view/268>>. Acesso em: 15 out. 2022.

GOMES, C. L.; BRITO, C. M. D. D. “Nise, o coração da loucura”: representações femininas em um filme sobre a terapêutica ocupacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional [online]*. 2019a, v. 27, n. 3, pp. 638-649. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1730>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

GOMES, F. D. *Por uma Terapia Ocupacional não opressora: percepções e experiências de terapeutas ocupacionais sobre papéis sociais de gênero e suas práticas profissionais*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14510>>. Acesso em: 29 dez. 2022.

GOMES, N. P. *et al.* Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 20, n. 4, p. 504–508, out. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ape/a/RG45btYr33PhBZfGPWzsFpB/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 17 dez. 2022.

_____. Violência conjugal: elementos que favorecem o reconhecimento do agravo. *Saúde em Debate*, v. 36, n. 95, p. 514–522, out. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/9LhJc-4n8HhWd4HVtCmTVSvc/?lang=pt#>>. Acesso em: 13 jun. 2022.

HOOKS, b. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras / bell hooks*; tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KOBAYASHI, C. M. M. *As atividades artísticas no processo de formação em Terapia Ocupacional*. 2018. 37 f. Trabalho de conclusão de curso de graduação (Terapia Ocupacional) - Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/49812>>. Acesso em: 01 nov. 2022.

LAZZARI, K. C. V.; ARAÚJO, M. P. O ciclo da violência e a memória de dor das mulheres usuárias do CRM/Canoas-RS. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, [S. l.], v. 12, n. 19, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/14134>>. Acesso em: 12 out. 2022.

LIBERMAN, F. *Delicadas coreografias: instantâneos de uma terapia ocupacional*. 2007. 304 f. 2007. PhD Thesis. Tese (Doutorado em Psicologia) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15625>>. Acesso em: 15 out. 2022.

_____. O corpo como pulso. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*. 2010, v. 14, n. 33, pp. 449-460. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-32832010000200017>>. Epub 27 Ago 2012. ISSN 1807-5762. Acesso em: 11 nov. 2022.

LIBERMAN, F et al. Práticas corporais e artísticas, aprendizagem inventiva e cuidado de si. *Fractal: Revista de Psicologia*, 2017, 29: 118-126.

MALFITANO, A. P. Contexto Social e atuação social: generalizações e especificidades na terapia ocupacional. In: LOPEZ, R. E.; MALFITANO, A. P. S. (Org.). *Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos*. São Carlos: EDUFSCar, 2016. p. 117-133.

MAXIMINO, V. S. *A constituição de grupos de atividades com pacientes psíquicos*. Tese (Doutorado em Saúde Mental). Campinas: Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, 1997. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/115693>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

MATOS, M. I. S. & SOIHET, R. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Editora Unesp. 2003.

MORRISON, J. R., & ARAYA, L. Feminismo(s) y Terapia Ocupacional. Preguntas y reflexiones. *Revista Argentina de Terapia Ocupacional*, 4(2), 60-72, Diciembre, 2018. Disponível em: <<https://www.terapia-ocupacional.org.ar/revista/RATO/2018dic-conf.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2022.

NASCIMENTO, B. S. D. *O uso da arte no trabalho do terapeuta ocupacional: uma revisão integrativa da literatura*. 2018. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Terapia Ocupacional) Universidade de Brasília, Brasília, 2018a. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/23880>>. Acesso em: 25 nov. 2022.

NASCIMENTO, J. D. S. *Violência contra a mulher e a ruptura de seus papéis ocupacionais*. 2018. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Terapia Ocupacional) Universidade de Brasília, Brasília, 2018b. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/23900/1/2018_JoycedaSilvaNascimento_tcc.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

OLIVEIRA, M. L. D. *Qual é a "SUAS"? A terapia ocupacional e o Sistema Único de Assistência Social*. 2020. Tese (Doutorado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12292>>. Acesso em: 20 set. 2022.

OLIVEIRA, R. N. G. D.; FONSECA, R. M. G. S. D. Necessidades em saúde: a interface entre o discurso de profissionais de saúde e mulheres vitimizadas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 23, n. 2, p. 299-306, abr. 2015.

OPAS. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Violência contra as mulheres*. 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PARÁ. Ministério Público do Estado do Pará. *Relatório de Estatísticas Lei Maria da Penha. Área de Violência Doméstica. Consolidado Anual 2020*. 2021. Disponível em: <<https://www2.mppa.mp.br/data/files/95/56/31/28/89BB77109F942767180808FF/Ano%202020%20-%20Relatorio%20de%20casos%20de%20Violencia%20Domestica%20-%20PJVDfM%20Belem.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

PEDROSA, M.; ZANELLO, V. (In)visibilidade da violência contra as mulheres na saúde mental 1. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 32, n. spe, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/8D-zJKKXHyL9kbgddQ9Ns9Xd/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 16 mar. 2022.

PEREIRA, D. C. de S.; CAMARGO, V. S.; AOYAMA, P. C. N. Análise funcional da permanência das mulheres nos relacionamentos abusivos: Um estudo prático. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 10–25, 2018. Disponível em: <<https://rbtcc.com.br/RBTCC/article/view/1026>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

PERES, A. C. Elas resistem: como a pandemia impacta a vida das mulheres brasileiras e de onde vêm as múltiplas formas de resiliência. *RADIS: Comunicação e Saúde*, n.213, p.21-27, 2020.

REPPOLD, C. T et al. Prevenção de Problemas e Comportamento e Desenvolvimento de competências Psicossociais em Crianças e Adolescentes: Uma análise de Práticas Educativas e dos Estilos Parentais. In: HUTZ, C. S et al. *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p.7-52.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala*. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

_____. *Quem tem medo do feminismo negro?*. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROSA, L. S. D.; MACKEDANZ, L. F. A Análise Temática Como Metodologia Na Pesquisa Qualitativa Em Educação Em Ciências. *Atos de Pesquisa em Educação*, [S.l.], v. 16, p. e8574, abr. 2021. ISSN 1809-0354. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/8574>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

SERAPIONI, M. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 5, n. 1, p. 187–192, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/8MGqFCjhjvXKQsq37t6q7PK/?lang=pt#>>. Acesso em: 19 jun. 2023

SOUZA, G. A. D. *Gênero e sofrimento psíquico: desafio e (re)construção do ser mulher a partir do Instituto Mãos Amigas (IMA)*. 2021. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/29495>>. Acesso em: 18 set. 2022.

TEIXEIRA, S. M. Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza? *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 9, n. 2, p. 286–297, 2010. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7032>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

TILIO, R. D. et al. Corpo Feminino E Violência De Gênero: Uma Análise Do Documentário “Chega De Fiu Fiu”. *Psicologia & Sociedade*. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/wWtLhjQP3hRQC5hDt6Pz7qq/#>>. Acesso em: 10 dez 2022.

